

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Ana Cláudia Nunes Fernandes¹

Edvania Nogueira de Araújo²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo central investigar como a participação ativa da família no processo de diagnóstico e intervenção pode influenciar positivamente o desenvolvimento e a adaptação da criança com deficiência no ambiente escolar, e como objetivos específicos, se propõe a analisar como a aceitação do diagnóstico pelos pais impacta a eficácia das estratégias de intervenção implementadas na escola; investigar a relação entre a participação ativa dos pais no processo educacional e a colaboração com os profissionais da escola, e identificar as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento da aprendizagem da criança quando os pais não aceitam o diagnóstico. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, utilizando como técnicas de pesquisa a pesquisa bibliográfica, questionário e entrevista. Como resultados foi possível identificar que a participação ativa da família na escola melhora significativamente os resultados educacionais e sociais das crianças, à medida que a família desempenha papel crucial no suporte emocional que essas crianças necessitam, sendo fundamentais para reconhecer em profundidade os comportamentos e desafios por elas enfrentados. O artigo contribui para a discussão da importância do fortalecimento da relação família-escola e para a necessidade de uma abordagem mais integrada e a personalização do ensino para atender às necessidades individuais de cada aluno. Ressalta ainda que o tempo dedicado às intervenções apenas em sala de aula não é suficiente, devendo a criança ser estimulada em casa.

Palavras-chave: Família. Diagnóstico. Intervenção. Deficiência. Educação Especial.

1 INTRODUÇÃO

Garantir a inclusão e o pleno desenvolvimento de crianças com deficiência no ambiente escolar é um tema de grande relevância e complexidade, pois envolve várias dimensões do processo educativo. Nesse contexto, a família desempenha papel

¹ Graduada em Licenciatura em Letras Espanhol (IFRN), Graduada em Pedagogia pela (UNICESUMAR), Professora do Ensino Fundamental 1 no Efetivo Colégio e Curso em Umarizal – RN.
E-mail: anaclaudiauzl@gmail.com

² Graduada em Serviço Social (UFRN), especialista em Gestão de Recursos Humanos (FIJ), especialista em Gestão do Trabalho e Educação na Saúde pela UFRN e mestra em Gestão da Informação e do Conhecimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientadora do curso de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA.
E-mail: edvania.nogueira@ufersa.edu.br.

fundamental para o sucesso do diagnóstico e da intervenção, uma vez que a cooperação entre familiares e profissionais de educação pode resultar em um tratamento mais adequado, oferecendo um suporte mais eficaz.

Receber o diagnóstico de deficiência, seja ela física ou mental, é uma tarefa difícil para qualquer família. Cheios de incertezas e dúvidas, os pais precisam compreender melhor as condições daquela criança e aprender a lidar com uma infinidade de novas informações. É preciso dedicar tempo para pesquisar sobre o assunto, superar preconceitos e acolher a criança em suas dificuldades. Muitas são as dúvidas que esses pais enfrentam: será que conseguirá andar, pular, correr e se desenvolver junto às demais crianças no âmbito social e ambiente escolar?

O primeiro passo após o diagnóstico é buscar ajuda profissional para compreender e aprender a lidar com as mudanças que vão ocorrendo no decorrer do tempo, sejam elas emocionais ou adaptações indispensáveis no cotidiano do indivíduo. Sendo assim, é importante uma reflexão sobre profissionais e métodos para auxiliar as famílias a compreender que elas não estão sozinhas e que é possível contar com uma rede de apoio que possa traçar metas necessárias consideradas fundamentais para o desenvolvimento sócio educacional do indivíduo, as quais se bem alicerçadas por profissionais qualificados podem colaborar de forma positiva no processo de evolução do indivíduo.

De acordo com o Censo Demográfico (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010), cerca de 46 milhões de brasileiros (23,9% da população), no ano de 2010, declararam portar algum tipo de deficiência em algumas de suas habilidades (ouvir, enxergar, caminhar) ou dispor de alguma deficiência mental/intelectual. Já em 2022, segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE), aproximadamente 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade no Brasil, ou seja 8,9% desse grupo etário, relataram possuir algum tipo de deficiência. Esse dado demonstra que há uma estimativa de crescimento de casos de deficiência em todo o território nacional.

Entretanto essa pesquisa exhibe apenas como foco as pessoas que possuem alguma deficiência deixando de lado a relação do indivíduo com seus familiares e como a deficiência pode afetar a vida pessoal e emocional da família, visto que toda ela passa

por um momento difícil onde é necessária uma rede de apoio para que o período de superação possa chegar na vida desses indivíduos, até a aceitação da criança, considerando que não é aquela que foi idealizada durante longo tempo e sim com distintas características não desejadas.

Na Idade Antiga, por exemplo, as pessoas com deficiência eram privadas de ter uma vida social e conviver com outras pessoas, eram maltratadas por sua própria família, e mantidas em casa, presas sem ter contato com o mundo e sem direito à educação. A deficiência era vista como uma maldição, castigo e as pessoas tidas como incapazes e que, portanto, não mereciam ter direitos, deste modo privados de aprender a viver em sociedade. Segundo Pessotti (1984, p.03), “em Esparta, crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono”.

Nesse sentido, a relevância do tema reside na necessidade sempre crescente de aprimorar as práticas educacionais e terapêuticas voltadas para crianças com deficiência, colaborando para um cenário educacional cada vez mais inclusivo, compreendendo que a relação família e escola é crucial para garantir o desenvolvimento global dessas crianças, bem como sua integração social.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo central investigar como a participação ativa da família no processo de diagnóstico e intervenção pode influenciar positivamente o desenvolvimento e a adaptação da criança com deficiência no ambiente escolar. Como objetivos específicos, se propõe a analisar como a aceitação do diagnóstico pelos pais impacta a eficácia das estratégias de intervenção implementadas na escola; investigar a relação entre a participação ativa dos pais no processo educacional e a colaboração com os profissionais da escola, e identificar as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento da aprendizagem da criança quando os pais não aceitam o diagnóstico.

De tal modo, a pesquisa justifica-se pela oportunidade de contribuir para compreensão dos benefícios da participação de pais e responsáveis no desenvolvimento e a adaptação de crianças com necessidades educacionais específicas

2 O COMPROMISSO DA FAMÍLIA

Quando falamos em educação inclusiva, um aspecto fundamental a ser considerado é o compromisso da família. Estratégias de inclusão de modo a promover um ambiente escolar que valorize e respeite a diversidade só é possível a partir da participação ativa de pais e responsáveis.

Em termos legais, os educadores devem ter compromisso com a aprendizagem do aluno em união com seus responsáveis, ou seja, de forma conjunta, sendo essa uma missão integrada da escola/família. A responsabilidade da família com a criança vai além de proporcionar amor, é necessário fornecer um local seguro, inclusivo, acolhedor, protetor, além de ter o compromisso de oferecer a criação especial, um amparo médico, terapêutico e educacional, desta forma assegurando que suas necessidades sejam supridas adequadamente, tudo isso deve ser feito sem tirar a autonomia da criança, dando-lhe a oportunidade de desenvolver e demonstrar seu potencial. Sobre isso, Oliveira e Sobral (2020, p. 166), complementam que “é de extrema importância na vida de qualquer criança o acompanhamento presencial dos pais e de toda a família, eles têm o dever de ofertar segurança, afeto e principalmente educação”.

Cada criança é diferente, única e singular, portanto as expectativas familiares devem ser de acordo com o desenvolvimento individual possibilitando à criança especial crescer, se fortalecer e aprender de acordo com sua própria capacidade de se desenvolver. É essencial proporcionar a inclusão educacional e social, garantindo acessos a caminhos e recursos que lhe promovam uma evolução plena segundo as suas possibilidades.

A Lei nº 9.394/1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu Art. 2, ressalta que a educação tem como finalidade o pleno desenvolvimento do estudante, sua formação cidadã e preparo posterior para o mercado de trabalho, destacando o protagonismo familiar nesse processo (BRASIL, 1996). Nesse sentido, compreende-se que, a não participação familiar no dia a dia escolar do aluno é algo desafiador para a educação. O que torna um fator negativo para o não desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de cada aluno, pois o apoio da família é fundamental para o bem-estar comportamental, emocional e social da criança,

já que uma participação ativa pode evitar dificuldades na adaptação ao ambiente e nas demandas escolares. É de suma importância buscar frequentemente métodos que possam reunir a família e a escola criando assim laços para o futuro do sucesso dos filhos, fazendo assim toda diferença no processo de aprendizagem, especialmente na educação de uma criança que apresenta alguma deficiência.

Um desafio para pais, professores e profissionais que atuam com crianças com deficiência é auxiliá-las a desenvolver a autonomia e a confiança em si mesmas. Para isso é primordial compreender que cada ser é único, que existem diferentes maneiras de se apreender e que cada indivíduo passa por um processo diferente de aprendizado. Nesse sentido, esses sujeitos desempenham um papel fundamental na identificação de estratégias adequadas para o pleno desenvolvimento dessas crianças.

De acordo com os desafios e dificuldades encontrados por profissionais e pais é necessário construir ambientes mais adequados para esse novo membro, para que desta forma tenha um lugar adaptado para se aprimorar e desenvolver suas habilidades, seja esse espaço físico ou emocional, como se analisa ao longo do texto de Pereira (2017).

2.1 Diagnóstico e Intervenção

Muitas famílias têm o sonho de construir um lar com filhos, planejam e esperam ansiosos por essa realização. A cada mês gestacional, cria-se uma expectativa de como será essa criança, com quem irá parecer, quais suas características físicas. No entanto, em algumas situações o sonho não se realiza por completo, seja por complicações no parto, nascimento precoce, alguma deficiência, transtorno ou síndrome congênita.

Para toda a família vivenciar a maternidade é uma experiência única. Os pais desejam que seus pequenos cresçam com segurança, desfrutem da felicidade e que cada fase do desenvolvimento deles seja cheia de experiências positivas, desta forma pode se compreender que um dos maiores medos de uma família é que seu filho possivelmente venha receber um diagnóstico de algum transtorno ou deficiência, pois pensam logo na mudança de vida, de como será cada passo a partir do diagnóstico. A falta de entendimento e de informações sobre deficiência faz com que muitos pais entrem em desespero, na maioria dos casos ficam sem saber como agir, e que rumo seguir.

Muitos deles chegam a se culpar e procurar um porquê para a situação em que se encontram, outros não aceitam e acabam ficando deprimidos, deixando de lado a criança especial que necessita de todo cuidado e atenção. Como fala Ardore (1988, p. 8), a presença de uma criança deficiente na família afeta não somente os pais, mas todos os outros membros da família e especialmente os irmãos.

Em vista disso, o papel da família é de suma importância no processo de desenvolvimento das crianças, independente dela ter deficiência ou não, é a principal responsável em suprir suas necessidades básicas para sobrevivência e inseri-las na sociedade. Gualda, Borges e Cia (2013) afirmam que as principais preocupações dos pais em relação aos filhos com dificuldades de aprendizagem estão relacionadas à inclusão escolar e social, profissionalização e como será a oferta de serviços e orientações à família.

Desse modo, quanto antes ocorrer o diagnóstico, maiores serão as possibilidades de intervenção adequadas ao pleno desenvolvimento e o bem-estar dessas crianças. A precisão do diagnóstico é essencial para garantir que a criança receba o suporte condizente e eficaz desde o início.

2.2 Aceitação, presença e acompanhamento da família

A presença e o acompanhamento da família são aspectos fundamentais para a evolução e o bem-estar de uma criança com deficiência. Esses fatores além de influenciar positivamente na eficácia das intervenções e no sucesso escolar, também desempenham papel preponderante no que diz respeito à integração social e no fortalecimento emocional da criança. A maneira como pais e responsáveis lidam com a deficiência pode trazer impactos significativos relacionados a adaptação escolar, interação social e autoestima, por exemplo.

Esse tipo de acompanhamento é indispensável para o seu desenvolvimento pleno. O seu papel é primordial em cada fase de sua vida, principalmente quando inserido no ambiente escolar, cada passo seguido por alguém que transmita segurança e afeto é crucial para seu desenvolvimento cognitivo e emocional, é essencial que esses fatores sejam exercidos por profissionais, mas é primordial que a família também desenvolva

esse papel proporcionando segurança e apoio ao indivíduo, colaborando em seu crescimento e criando um vínculo entre família e escola. Buscaglia (1993, p. 36) acredita que esse período inicial da vida, é um dos mais importantes para o futuro das crianças com deficiência, pois “é nesse momento que receberão ajuda para formar atitudes básicas em relação a sua formação futura – otimismo/pessimismo, amor/ódio, crescimento/apatia, segurança/frustração, alegria/desespero e o aprendizado em geral”.

A partir da aceitação da família novas fronteiras são abertas no mundo da criança, uma nova esperança e vigor surgem em busca de soluções, de métodos, estratégias e profissionais capacitados para se apoiar nessa nova busca de conhecimentos. As intervenções vão surgindo e as habilidades e competências da criança vão sendo desenvolvidas de acordo com suas capacidades e limitações, aprendendo a buscar e caminhar no tempo deles.

Cury em seu livro O segredo das famílias saudáveis ressalta:

Que ninguém muda ninguém, que temos o poder de piorar os outros e não de mudá-los, que sejamos sonhadores, e se sonharmos, não deveremos ter medo de falhar, e se falharmos, não devemos ter medo de chorar, se chorarmos, devemos repensar nossa vida, mas não desistir. Devemos dar sempre uma nova chance para nós mesmos e para quem amamos (Cury, 2003, p.59).

Diante disso é necessário avaliar como é transmitido o diagnóstico para a família, pois fará total diferença na reação e em como reagirão a partir deste momento. Nessa fase, todo apoio é importante, buscar profissionais capacitados que possam ajudar a família a enfrentar esse início é um grande suporte para vencer desafios. Quando a família começa a reagir e entender que cada peça é fundamental nesse processo, as peças vão se encaixando e os pais começam a compreender que não é necessário mudar seu filho para que ele consiga está no padrão da sociedade e sim buscar estratégias e métodos que sejam adaptados às suas necessidades.

A interação afetiva é insubstituível no processo de ensino, pois assume funções que cooperam no ensino-aprendizagem da criança, como o apoio e cooperação dos pais na escola é permitido que a criança crie uma rotina e se sinta acolhida naquele ambiente, e que possa se desenvolver em todos os aspectos, visto que a escola e família necessitam caminhar juntas no processo de aprendizagem. Nesse sentido, Cury (2003, p.54) destaca a importância do trabalho a ser realizado pela escola de forma conjunta

com a família, quando afirma que “pais e professores são parceiros na fantástica empreitada da educação”.

O autor também destaca a questão de os pais permanecerem lutando pelos seus filhos e não desistir deles, da mesma forma que os professores de forma alguma devem desistir de seus alunos. Desta forma, é importante que a escola crie vínculos afetivos com os pais e os alunos para que juntos realizem um trabalho com responsabilidade e parceria, criando assim um fator determinado no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, sendo fundamental para a construção do indivíduo perante a sociedade.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Conceitualmente, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Educação Especial é uma “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996).

A Educação Inclusiva, por sua vez, busca valorizar a heterogeneidade dos alunos, promovendo igualdade de oportunidades, ainda que cada pessoa vivencie o processo de aprendizagem de maneira particular. Assim, “a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão” (BRASIL, 2008).

Historicamente, temos acompanhado mudanças significativas no tratamento que é dado às crianças com deficiência. Nas civilizações antigas, por exemplo, as crianças eram frequentemente excluídas ou abandonadas. Havia também o aspecto religioso que considerava a deficiência como um castigo divino. Partimos então de um cenário marcado por abandono e marginalização para vivermos hoje um movimento pela igualdade de oportunidades e inclusão, voltado para permitir que todas as crianças alcancem seu potencial máximo.

Para Mendes Jr e Tosta (2012, p. 13) “a educação especial foi marcada por mudanças significativas que podem ser entendidas, hipoteticamente, como um

movimento pendular que sinaliza ora avanço e ora retrocesso no sentido da garantia de escolarização dos alunos com deficiência”.

Sousa e Prieto (2007, p.123) ressaltam que:

A questão central é a conquista de uma educação escolar de qualidade para todas as crianças e jovens capazes de garantir sua permanência na escola e apropriação/produção de conhecimento tendo como alvo possibilitar-lhes participação na sociedade. O princípio norteador é a crença na possibilidade de desenvolvimento do ser humano, tratando-se as diferenças individuais como fatores condicionantes do processo de escolarização que precisam ser consideradas quando se tem compromisso com a educação para todos.

A educação Especial é direcionada para atenção de pessoas com deficiências em instituições de ensino regular ou ambientes especializados que atuam constantemente com alunos com deficiência cujos objetivos devem ser semelhantes aos da educação em geral, o que caracteriza são os tipos de atendimentos a essas pessoas de acordo com suas características e necessidades individuais.

Para Abdala (2017) esse tipo de educação se expande através da igualdade de oportunidades, ou seja, pode se adaptar atendendo às diferenças de crianças e adultos no sistema educativo, onde todas as pessoas com algum tipo de deficiência podem ter acesso à educação mesmo com suas limitações. Por esses motivos, a educação especial vem ganhando destaque, cada vez mais com a educação inclusiva, que proporciona diferentes recursos e serviços para o desenvolvimento educacional dessas pessoas, sendo essencial identificar as necessidades do aluno, considerando suas dificuldades e limitações.

A inclusão escolar é compreendida como um princípio filosófico, referente a um conjunto de reflexões marcado por muitas contradições, mas que busca o avanço em relação à igualdade de oportunidades, direito à diversidade e a escolarização do público alvo da educação especial.

Ingles *et al.* (2014, p. 461), citam que “as políticas educacionais para a formação docente no país, as demandas resultantes de mudanças, a preparação de professores, planejamento ou reestruturação curricular dos cursos com auxílio de uma formação que possibilite a atuação em escolas inclusivas” foram recorrentes nas discussões nos artigos analisados por eles em seus estudos, indicando que a formação continuada de

professores é uma chave essencial para que a inclusão suceda da maneira mais ampla, que seja capaz de oferecer condições de atendimento educacional adequado às necessidades e limitações dos alunos, desenvolvendo metas que tornem os educadores capacitados, preparados e aptos a desenvolver um excelente trabalho.

Segundo Nascimento e Lobato (2018) a formação de professores no processo de ensino propõe uma abordagem no contexto da educação inclusiva. Sendo assim, os alunos devem estar preparados para lidar com as diferenças a partir da singularidade, diversidade e personalidade de todas as crianças, sabendo refletir e analisar a aprendizagem de cada aluno, mas considerar o todo, levando em consideração que todos precisam aprender juntos, um compreendendo o outro.

A escola inclusiva é um sistema de educação e ensino onde os alunos com necessidades educativas especiais, incluindo os alunos com deficiência, são educados na escola do bairro, em ambientes de salas de aula regulares, apropriadas para a sua idade (cronológica), com colegas que não tem capacidades e necessidades individuais (Porter,1994 *apud* Jesus; Martin, 2001, p. 01).

As escolas devem se organizar para gradativamente implementar as adequações necessárias para tornar o ambiente escolar mais acessível a todos. Buscar métodos e estratégias para garantir o acesso dos alunos com necessidades educacionais, incluindo os que estão seriamente desfavorecidos, deve ser uma busca constante.

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que teve como objetivos analisar a importância da família no diagnóstico, examinar a importância da aceitação da família e a presença no processo de desenvolvimento da criança e intervenção, analisando os problemas e dificuldades encontradas no desenvolvimento da aprendizagem da criança quando os pais não aceitam. As pesquisas dessa natureza têm caráter predominantemente exploratório e seu foco está na subjetividade do objeto analisado, sendo amplamente utilizadas em pesquisas na área da educação.

Quanto à técnica de pesquisa utilizada, a mesma foi ancorada em três pilares: pesquisa bibliográfica compreendendo o estudo de leis, artigos e dissertações para garantir uma maior aproximação com a temática aqui trabalhada; questionário e realização de entrevista individual a partir de um roteiro previamente estruturado.

O público alvo da pesquisa foi pais e professores de crianças com deficiência, matriculadas em uma escola de ensino fundamental da rede privada de educação da cidade de Umarizal no Rio Grande do Norte. Para a coleta de dados optou-se por realizar uma entrevista semiestruturada com o auxílio de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas. Para Manzini (2004) a entrevista é um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem. Foram elaborados dois questionários distintos, um para o grupo de pais e outro destinado especificamente a professora.

O critério utilizado para escolher os respondentes foi, no caso dos pais, que as crianças já tivessem diagnóstico fechado e laudo médico, e no caso dos professores, que trabalhasse diretamente com crianças com necessidades educacionais específicas. As entrevistas ocorreram no turno matutino com duração máxima de 12 minutos de acordo com a disponibilidade de cada família.

As famílias assinaram um termo de consentimento e na oportunidade foi explicado os objetivos do estudo. Os pais preencheram um breve questionário com informações a respeito da idade da criança, sexo, diagnóstico, idade dos pais e profissão. Na sequência, foram explicadas as seis questões produzidas para a entrevista a respeito do diagnóstico e da importância da intervenção da família na vida da criança no ambiente escolar, relatando o percurso da descoberta até o fechamento do diagnóstico.

Em um segundo momento, o questionário foi direcionado aos professores e tinha como objetivo analisar aspectos relacionados ao convívio na criança em sala de aula quando existe aceitação da família, sobre o seu comportamento e desenvolvimento quando há um vínculo entre família e escola, relatando quando tem aceitação e quando não tem. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas à luz do referencial teórico proposto nesta pesquisa.

A análise dos dados se deu a partir da análise de discurso cujo objetivo é ressaltar a importância da escuta sensível do pesquisador. A partir da análise das entrevistas foi

possível compreender e interpretar os diferentes contextos familiares e a relação das famílias com o desenvolvimento das crianças com deficiência e os seus resultados são apresentados na seção abaixo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados inicialmente os resultados das entrevistas com os pais e responsáveis e na sequência com os professores.

5.1 Questionário de Sondagem Aplicado aos Pais

Aceitaram participar livremente da pesquisa três mães, na faixa etária entre 37 a 41 anos, cujos filhos já tinham diagnóstico fechado, conforme critérios de exclusão da pesquisa e estudavam na mesma turma.

Durante a entrevista buscamos coletar informações sobre como se deu o diagnóstico, a intervenção, as dificuldades encontradas no ambiente escolar e quais soluções encontradas.

Sabe-se que o momento do diagnóstico é carregado de emoções variadas, e para 67% das mães entrevistadas o sentimento preponderante no momento da descoberta da deficiência da criança foi o medo, sentimento que dominou essa fase inicial, para algumas “chegando a ficar sem rumo, sem saber qual direção tomar sem conseguir compreender o real da situação deixando os sentimentos de angústia prevalecer no momento, pensando que tudo não tinha mais sentido, sem esperança de dias felizes” (Entrevistada 1). Para 33% das mães a incerteza foi o sentimento que prevaleceu, em relação ao futuro, incluindo preocupações sobre qualidade de vida, impactos no desenvolvimento, e as necessidades de cuidados contínuos.

De forma complementar, a Entrevistada 2 relatou como tem sido lidar com o diagnóstico, afirmando que atualmente conseguem conviver com naturalidade, pois busca sempre olhar tudo que já foi conquistado e todas as habilidades desenvolvidas, sempre acreditando que o diagnóstico não é uma sentença, desta maneira buscando seguir a vida de forma linear, olhando sempre para os pontos positivos e tentando

melhorar nos negativos, tentando compreender que cada ser é único e cada um tem um processo diferente.

A respeito da relação vínculo afetivo e escola, duas entrevistadas afirmaram que o ambiente escolar é importante para o vínculo afetivo entre pais, alunos e ambiente escolar, ressaltando que é através do ambiente escolar que é gerado bons frutos para ambas as partes, e que esse vínculo é positivo no desenvolvimento da criança com deficiência e sua rotina. É através do ambiente escolar que a criança se socializa, aprende e desenvolve muitas habilidades, a escola é um ambiente propício e acolhedor para criança proporcionando segurança, fazendo com que a criança se sinta confortável ao chegar na escola.

No que diz respeito às dificuldades encontradas no ambiente escolar, 100% das mães relataram que a maior delas é a falta de profissionais capacitados, isso impacta diretamente na qualidade dos serviços oferecidos, uma vez que, profissionais não capacitados podem não estar familiarizados com metodologias e práticas pedagógicas específicas para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência.

Esse dado reforça a necessidade de que os profissionais busquem especialização na área de educação especial, ABA e cursos voltados para o espectro autista e outras deficiências, primando por uma formação permanente.

Investir em educação continuada é uma necessidade sempre presente, uma vez que profissionais capacitados conseguem lidar de forma mais aprofundada com deficiências diversas, possibilitando uma abordagem mais personalizada e eficaz para cada aluno, o que exige conhecer estratégias e adaptações específicas para cada situação, de modo a favorecer o completo desenvolvimento do aluno.

5.2 Questionário de Sondagem Aplicado a Professora

O profissional participante da pesquisa tem 27 anos, é do sexo feminino e sua formação acadêmica é em Pedagogia, leciona somente em escola privada de ensino e tem especialização em Transtorno do Espectro Autista.

Quando perguntada sobre quais estratégias e métodos que mais são utilizados para incentivar os alunos com necessidade especiais em sala de aula a professora citou que trabalha o lúdico com coisas que chame a atenção do discente, aulas dinâmicas e utilização de múltiplos recursos pedagógicos e tecnológicos, a fim de criar um ambiente de respeito e cooperação entre os alunos. Com isso identificamos que ela vem procurando estratégias mais adequadas que favoreçam a interação entre alunos e professor, possibilitando um melhor rendimento, permitindo a aprendizagem e desenvolvendo as habilidades e competências dos alunos. Portanto, o professor deve promover aos discentes, atividades lúdicas, dinâmicas e variadas que possibilitem a interação e interesse pelas tarefas.

Perguntada sobre se o tempo dedicado em sala de aula é o suficiente para as crianças desenvolverem suas competências e habilidades, a resposta foi não. Justificou dizendo que “é necessário estimular a criança em outros ambientes, tem que ser um trabalho contínuo na escola e em casa para que melhore o desenvolvimento da mesma” (Professora, 2024). Quando as estratégias e intervenções são reforçadas em casas há uma maior probabilidade de desenvolver habilidades de vida e promover a autonomia da criança. Quanto a isso podemos evidenciar que o tempo dedicado apenas em sala de aula não é suficiente, a criança deve ter um acompanhamento tanto na escola como em casa, buscar por profissionais para aumentar e fortalecer as habilidades e estímulos, desenvolvendo assim uma aprendizagem com excelência.

Com relação aos recursos didáticos mais utilizados em sala de aula, a professora citou que utiliza os seguintes: livro didático; data show; material de artes como tintas, brinquedos pedagógicos como jogos e blocos de encaixes. Isso demonstra que a professora busca utilizar estratégias para melhorar a qualidade do ensino despertando o interesse a partir da ludicidade. Neste ponto não foram mencionados, por exemplo, o uso de tecnologias assistivas.

Quando questionada sobre o papel da família e da escola no processo de inclusão, a mesma respondeu que “tanto a família quanto a escola têm que respeitar e incluir a criança em todas as atividades para que possa viver uma vida saudável, pois a parceria entre família e escola é crucial na educação inclusiva, cujo objetivo é garantir igualdade” (Professora, 2024). Ainda quando perguntada sobre três dificuldades do ensino

aprendizagem do (a) aluno (a) com deficiência quando os pais não aceitam e não buscam uma intervenção, foi apontado que “a primeira dificuldade diz respeito a aceitação da condição do filho, dificultando a busca por uma terapia e tratamento adequado; segundo a superproteção dificultando a autonomia da criança e terceiro a cobrança” (Professora, 2024). A maioria das crianças com deficiência são cobradas por atividades que elas não conseguem realizar pela sua própria condição.

A não aceitação do diagnóstico pode impactar negativamente o processo de ensino aprendizagem da criança, uma vez que esta não terá o acesso correto às intervenções especializadas, dificilmente a família acatará as recomendações da escola, gerando assim conflitos entre pais e profissionais. Os pais que hesitam em reconhecer essa realidade acabam criando expectativas utópicas em relação ao desempenho cognitivo da criança, gerando pressões demasiadas ou mesmo a falta de sensibilidade em compreender as limitações de seus filhos.

Por outro lado, quando os pais aceitam e buscam uma intervenção, a professora mencionou que “as vantagens são inúmeras, a criança receberá um tratamento adequado; será visto e tratado de forma que consiga viver com autonomia e por fim terá a cobrança adequada a sua condição” (Professora, 2024).

Essa afirmação vai ao encontro do que os estudos demonstram, em que a participação ativa dos pais e responsáveis não só melhora a precisão dos diagnósticos (uma vez que são as pessoas que estão mais próximas à criança, tendo conhecimento único e aprofundando dos comportamentos e desafios por ela enfrentados), mas também potencializa as estratégias de intervenção, criando um ambiente mais coeso e adequado às necessidades específicas da criança.

Desta forma a colaboradora enfatiza que “quando os pais aceitam o diagnóstico dos filhos, eles só têm a ganhar e avançar, pois portas de esperança e luz são abertas, o caminho para intervenção e a busca por profissionais capacitados são recorrentes, a criança apresenta avanços satisfatórios, inclusão e uma aprendizagem contínua, pois quando a família não aceita não tem estímulo e muito menos intervenção, não consegue superar suas dificuldades, tendo uma defasagem escolar” (Professora, 2024).

Resumidamente, podemos elencar que as vantagens da aceitação do diagnóstico estão relacionadas a colaboração ativa dos pais no ambiente escolar, melhora da

comunicação e fortalecimento da relação família/escola, adesão às recomendações de maneira mais consistente, além de fornecer todo o suporte emocional e motivacional que a criança precisa para o desenvolvimento pleno de suas habilidades e autonomia.

A docente segue enfatizando que “quando a família aceita o diagnóstico do aluno e tem o apoio familiar, na escola o seu desempenho é excelente e os avanços são notórios, ela consegue se desenvolver e melhorar sua aprendizagem, sendo mais fácil conhecer e ajudar o discente” (Professora, 2024). A entrevistada sugere que para a melhoria da qualidade do ensino é preciso investir em campanhas de inclusão, analisar as necessidades de cada aluno, promover a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, atividades lúdicas e avaliações adaptadas, visando promover o aprendizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o que foi observado, compreende-se que a colaboração ativa e permanente da família é uma peça chave para o diagnóstico e intervenção de crianças com deficiência. Essa colaboração permite que as necessidades da criança sejam compreendidas de forma mais profunda e atendidas de maneira eficaz, contribuindo para que o sistema educacional seja um espaço mais inclusivo e bem-sucedido.

Ao longo deste artigo, consideramos como o envolvimento ativo da família não apenas facilita o processo de aceitação do diagnóstico, mas também melhora significativamente a eficácia das intervenções escolares. Nesse aspecto, o fortalecimento da relação família-escola é fundamental para o desenvolvimento educacional e social dessas crianças e é a partir desse engajamento que a família poderá auxiliar na identificação e superação de barreiras no ambiente escolar, possibilitando uma abordagem mais integrada e a personalização do ensino para atender às necessidades individuais de cada aluno.

Além disso, observamos que a aceitação do diagnóstico de deficiência é o primeiro passo para que a família possa oferecer todo o suporte emocional que aquela criança necessita. É também primordial para direcionar o tratamento e intervenções terapêuticas,

bem como fortalecer os laços familiares e afetivos, contribuindo para a autonomia e autoestima da criança com deficiência.

Embora o medo e a incerteza sejam sentimentos que rondam essas famílias, acreditamos que o conhecimento é uma ferramenta valiosa para enfrentar o desconhecido. Trata-se de um processo complexo, no entanto, quanto mais informações a respeito do diagnóstico, mais fortalecidos os pais estarão para superar as adversidades próprias desse processo.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Marina Alcazar. **Educação inclusiva**: Entenda o que é e porque aplicá-la em sua escola. 2017. Disponível em <<https://barcelonasuperficies.com.br/blog/educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 05 jul. 2024.

ARDORE, Marilena. **Eu tenho um irmão deficiente...Vamos conversar sobre isto?**. São Paulo, Edições Paulinas,1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em 07 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. Trad. Raquel Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro: Recor,1993.

CURY, Augusto. **Família: os segredos das famílias saudáveis**. ed. Popular. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

GUALDA, D. S.; BORGES, L.; CIA, F. Famílias de crianças com necessidades educacionais especiais: recursos e necessidades de apoio. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 26, n. 46, p. 307–330, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5379>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

JESUS, S. N. de; MARTIN, M. H. Práticas educativas para a construção de uma escola inclusiva. **Revista Educação Especial**, n. 18, p. 13–25, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5180>. Acesso em: 18 jul. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010:** Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>>. Acesso em: 21 maio 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD contínua - Pessoas com deficiência 2022.** Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

INGLES, Maria Amélia *et al.* Revisão sistemática acerca das políticas de educação inclusiva para a formação de professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, V. 20, n. 3, p. 461-478. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/rpjjNBjNCGs9XgDndrvKczk/?lang=pt#> Acesso em: 14 jul. 2024.

MANZINI, E, J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**, 2. Bauru, 2004. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

MATOS, S N; MENDES,E. G. A proposta da inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.10, n.16, 2014. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/download/762/643/1260>>. Acesso em 17 jul. 2024.

MENDES JR, Edson; TOSTA, Estela Inês Leite. 50 anos de políticas de educação especial no Brasil: movimentos, avanços e retrocessos. 2012. In: **IX ANPED SUL**, 2012.

NASCIMENTO, Rômulo Pereira; LOBATO, Nilce Léa. Prática de Ensino e Formação de Professores para Educação Básica em uma perspectiva inclusiva. **CIET: EnPED**, São Carlos, jun. 2018. ISSN 2316-8722. Disponível em: <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/319>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

OLIVEIRA, Fátima Dyanne de Souza; SOBRAL, Maria do Socorro Cecílio. Família e Escola no Enfrentamento do Déficit Cognitivo. **ID on Line Revista de Psicologia**, fevereiro/2020, vol.14, n.49, p. 162- 169. ISSN: 1981-1179. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2322>>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PEREIRA, E. B. **O que dizem as produções acadêmicas acerca da família e o diagnóstico clínico de deficiência.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de

Licenciatura em Educação Especial, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16465/Pereira%20Eliane%20Bianchin.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PESSOTI, I. **Deficiência mental:** da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

SOUZA, S. Z. L; PRIETO, R. G. A educação especial. In: OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. (Orgs). **Organização do ensino no Brasil:** níveis e modalidades na Constituição Federal e a LDB. São Paulo: Xamã, 2007.